

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original, acompanhadas das respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN).

O ano de 2020 se mostrou extremamente desafiador com a pandemia de COVID-19 e suas consequências para todos. A atuação do Original foi marcada por diversas ações que tiveram o objetivo de proporcionar tranquilidade e segurança aos nossos colaboradores e apoio aos nossos clientes.

A expansão do *home office* para praticamente 100% dos colaboradores do Original foi rapidamente implementada, garantindo a segurança destes e de seus familiares. Com isso, conseguimos ter foco na assistência aos nossos clientes e rapidamente disponibilizamos novas soluções, sempre digitais e aderentes à nova realidade.

Alguns exemplos de ações foram, o recebimento do benefício emergencial com bônus de até 10%; lançamento do Fique no Verde, linha de crédito com condições especiais para reprogramação dos empréstimos vigentes, o crédito pessoal com pagamento da primeira parcela para 90 dias, o empréstimo protegido com seguro com cobertura contra desemprego, consultoria financeira e auxílio para realocação, a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos por 90 dias e parcelamento para até 60 vezes e o pagamento de boleto no cartão sem taxa.

A pandemia trouxe um ambiente de insegurança, volatilidade e desafios complexos, com impactos materiais e emocionais para a sociedade em geral. O distanciamento social imposto colocou à prova tradicionais modelos de negócio. Como nascemos digitais, estávamos preparados para continuar a apoiar nossos mais de 4 milhões de clientes - Pessoas Físicas e Empreendedores, sendo que destes, mais de 1 milhão abriram suas contas no Original durante o ano de 2020.

Passamos a atender Pequenas e Médias empresas, último segmento da economia que ainda não estavam presentes. A mais nova unidade de negócios do Original permite que empresas abram e movimentem plenamente suas contas de forma totalmente digital.

A nossa unidade de *Banking as a Service (BaaS)*, que presta serviços para *Fintechs* e Instituições Financeiras, também apresentou expansão exponencial em 2020. Por exemplo, o Hub de Pagamentos - ligado à liquidação de boletos, guias de impostos e contas de concessionárias - cresceu 14 vezes quando comparado com 2019.

Ainda em 2020 mudamos para a nossa nova Sede concluindo um ciclo de eficiência operacional iniciado em 2019. O edifício APOGEE, localizado na cidade de São Paulo, tem selo Ouro por seu design e construção, seguindo as orientações de eficiência energética e ambiental da Leadership in Energy and Environmental Design.

Original

Somos um banco digital, completo (em produtos e serviços) com atendimento humano. Este posicionamento tem atraído cada vez mais clientes do segmento Varejo (PF) e Empreendedores, atingindo 4,1 milhões em dezembro de 2020, o que representa um crescimento de 36% nos últimos 12 meses. Entre os diversos indicadores que demonstram o uso crescente dos produtos e serviços disponibilizados destacamos: crescimento de 85% da carteira de crédito no mesmo período mantendo a melhoria constante em sua qualidade, função direta do modelo de crédito implementado em 2019; elevação da

carteira de captação em 81%, atingindo R\$ 2,2 bilhões; aumento de 100% nos pagamentos (*cash out*) realizados pelos clientes nos últimos 12 meses.

No Atacado, contamos com equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusiva para os segmentos *(i) Corporate*, atuando junto a Grandes Empresas no Brasil; *(ii) Agronegócios*, atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuários; e *(iii) Recebíveis*, com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banking as a Service

O BaaS só nos posiciona na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para nossos parceiros - *fintechs*, *startups* e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do BCEN, através da divisão denominada Original Hub. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros, tecnologia de ponta e credenciais financeiras, sempre proporcionando a melhor experiência para os clientes.

Em 2020, nós aproximamos ainda mais do mercado alvo com o lançamento do novo portal www.openbanking.com.br.

Alavancas de crescimento e geração de valor futuro

Varejo - Base de clientes crescente e recente: Com mais de 4 milhões de clientes, sendo 1 milhão com abertura de conta nos últimos 12 meses, conjugado com a entrega constante de novos produtos, serviços e experiências, projetamos crescimento ainda mais acelerado no volume de negócios em 2021. Isso se dará também pela contínua atração de clientes em velocidade superior a 2020.

Tecnologia - Movida a API: Encerramos 2020 com um portfólio extenso de APIs, resultado do investimento em tecnologia nos últimos 2 anos. Isso credenciou a unidade *Banking as a Service* junto à comunidade de *Fintechs* e Instituições Financeiras na entrega de soluções de ponta - para consultar nosso portfólio acesse www.openbanking.com.br. O crescimento em 2021 se dará pelo desenvolvimento de novas soluções, crescimento da volumetria de contratos recém ativados e atração de novos parceiros. Negócios com não correntistas, como empréstimo pessoal e cartão de crédito, têm apresentado crescimento em linha com os negócios com clientes diretos. Vemos que em 2021 essa tendência também estará presente.

Original Empresa - Banco digital para Pequenas e Médias Empresas: Inauguramos essa unidade de negócios em setembro de 2020 com um robusto portfólio de produtos e serviços digitais. A proposta de um banco digital para empresas com faturamento de até R\$ 50 milhões foi muito bem recebida pelo mercado, resultando em acelerado fluxo de propostas de aberturas de relacionamento - conta, serviços de *cash management*, operações de crédito, etc. Naturalmente em 2021, com a unidade operando desde o início do ano, apresentaremos crescimento compatível com as oportunidades existentes nesse segmento da economia que estava tão carente de soluções digitais.

Destaque econômico e financeiro
Resultado bruto da intermediação financeira

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado bruto da intermediação financeira atingiu R\$ 676,1 milhões (R\$ 1,1 bilhão em 2019). Destaca-se o crescimento das rendas com operações

de crédito, atingindo R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 819,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Recitas de prestação de serviços e tarifas

Impulsionadas pelo aumento da base de clientes, as receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 137,4% em 2020.

Despesas administrativas e de pessoal

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 1,0 bilhão, representando uma elevação de 18,5% em relação ao mesmo período de 2019, devido, principalmente, à estratégia de investimentos em tecnologia.

Destques patrimoniais
Carteira de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo das operações de crédito total somou R\$ 7,4 bilhões (R\$ 6,9 bilhão em 31 de dezembro de 2019). Destaca-se a carteira de crédito pessoa física com um crescimento de 246% em comparação com 31 de dezembro de 2019.

O saldo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é de R\$ 249,2 milhões (R\$ 271,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) correspondendo a 3,36% da carteira total.

Ativos totais

O total de ativos somou R\$ 15,2 bilhões em 2020, representando um aumento de 18,7% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Índice de Basileia

De acordo com as normas do BCEN, os conglomerados devem manter um percentual mínimo para os ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas. O conglomerado encerrou o exercício de 2020 com 10,1% de índice de Basileia. Destacamos o aumento de capital da PicPay Serviços, fato relevante, em nossa nota explicativa 28, de eventos subsequentes.

Titulos e valores mobiliários - Circular nº 3.068/2001 - BCEN

O banco possui títulos classificados na categoria "disponível para venda", no montante de R\$ 1,4 bilhão, marcados a valor de mercado, sendo 57,2% deste total representado por títulos públicos federais.

Relacionamento com os auditores independentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 2 de março de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Disponibilidades	4	39.684	57.324
Ativos financeiros		13.350.498	11.296.955
Instrumentos financeiros		13.056.755	11.017.866
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	460.763	716.795
Títulos e valores mobiliários	5.b	3.902.607	3.338.191
Derivativos	5.c	79.133	30.448
Relações interfinanceiras	5.d	1.180.262	11.673
Carteira de crédito	5.e	7.433.992	6.920.759
Operações de crédito		5.207.202	4.494.573
Outros créditos com características de concessão de crédito		2.475.995	2.697.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(249.207)	(271.007)
Outros instrumentos financeiros	5.f	293.743	279.089
Ativos fiscais		555.250	490.642
Ativos tributários correntes	12	49.957	72.367
Crédito tributário	12	505.293	418.275
Investimentos		174.036	78.874
Investimentos em participação em controladas	6	172.082	77.661
Outros investimentos	6	1.954	1.213
Imobilizado		69.938	69.938
Imobilizado de uso	7	178.290	129.547
Depreciação acumulada	7	(78.693)	(59.609)
Intangível		784.033	659.711
Ativos intangíveis	8	1.163.169	981.166
Amortização acumulada	8	(379.136)	(321.455)
Outros ativos	9	258.938	205.364
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(13.713)	(14.302)
Total do Ativo		15.248.323	12.844.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivos financeiros		13.171.228	10.362.906
Depósitos e demais instrumentos financeiros		13.104.433	10.208.780
Depósitos	11.a	7.818.081	5.950.605
Captações no mercado aberto	11.b	215.427	472.188
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	4.571.535	3.453.743
Relações interfinanceiras	5.d	477.991	314.046
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.d	5.186	-
Derivativos	5.c	16.213	18.198
Outros passivos financeiros	11.e	66.795	154.126
Passivos fiscais		35.333	151.837
Passivos tributários correntes	12	19.251	69.924
Passivos tributários diferidos	12	16.082	81.913
Provisões	13	56.741	66.786
Outros passivos	14	127.309	166.420
Patrimônio líquido		1.857.712	2.096.557
Capital social	15.a	2.130.001	2.130.001
Outros resultados abrangentes	15.d	14.417	5.736
Prejuízos acumulados		(286.706)	(39.180)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.248.323	12.844.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338	
Ajuste investimento	-	-	(2.050)	(2.050)	-
Outros resultados abrangentes	15.d	-	2.447	2.447	-
Resultado líquido			8.822	8.822	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	
Mutações do período			2.447	6.772	9.219
Saldo em 30 de junho de 2019	2.130.001	11.558	(45.372)	2.096.187	
Ajuste investimento	-	-	(2.050)	(2.050)	-
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(5.822)	(5.822)	-
Resultado líquido			8.242	8.242	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	
Mutações do período			(5.822)	6.192	370
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	
Outros resultados abrangentes	15.d	-	8.681	8.681	-
Ajuste participação controlada PicPay			-	904	904
Resultado líquido			-	(248.430)	(248.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	
Mutações do período			8.681	(248.526)	(238.845)
Saldo em 30 de junho de 2020	2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355	
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(175)	(175)	-
Ajuste participação controlada PicPay			-	66	66
Resultado líquido			-	(28.534)	(28.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	
Mutações do período			(175)	(28.468)	(28.643)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Varição do valor justo	(5.107)	(8.336)	35.904	5.925
Efeito dos tributos	2.298	3.751	(16.157)	(2.666)
Hedge				
Varição do valor justo	3.090	(2.250)	(21.819)	(1.476)
Efeito dos tributos	(456)	1.013	10.753	664
Outros resultados abrangentes	(175)	(5.822)	8.681	2.447
Resultado abrangente	(28.709)	2.420	(239.749)	11.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado
1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediada à Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCEN. A Administração levou em consideração também, a Resolução BCB nº 2, que consolidou critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCEN. A adoção da Resolução BCB nº 2 resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e agrupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros incluindo operações de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman. **Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados:** Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente. Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são: - **Provisões e contingências** - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; - **Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros** - Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; - **Expectativa de consumo de créditos tributários**, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro. **Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais: Entidades controladas:**

	Ações ordinárias e cotas	Participação	Participação
Original Asset Management Ltda.	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	885.550	19,90%	19,90%
Original App Ltda	3.449.655	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A.	10.276	22,69%	18,91%

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável. **c) Ativos financeiros: Instrumentos financeiros: Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas conforme a intenção da Administração, atendendo às seguintes critérios: **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento; **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de "outros resultados abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em

contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; **• Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, observando-se: I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados; II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período; III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos. **Hierarquia do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: **Nível 1** - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. **Nível 2** - Técnicas de avaliação para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. Ativos financeiros: Instrumentos financeiros:

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Composição:

Aplicações no mercado aberto

Posição bancada

Letras Financeiras do Tesouro - LFT
Notas do Tesouro Nacional - NTN

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Aplicações em moedas estrangeiras

Total

Resultado

Resultado em títulos no exterior

Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez

Total

b) Títulos e valores mobiliários: Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado:

	Nível	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor de custo	Marcação a mercado	Valor justo	Valor contábil
1 - Títulos para negociação		2.478.481	7.948	2.486.429	2.062.983
Carteira própria					
Títulos públicos		2.195.193	7.475	2.202.668	1.330.519
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	287.258	259	287.517	210.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.907.935	7.216	1.915.151	1.120.354
Títulos privados		97	23	120	178.574
Ações de companhias abertas (1)	1	10	23	33	176.538
Debêntures	2	87	-	87	2.036
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos públicos		206.314	406	206.720	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	206.314	406	206.720	-
Títulos privados		10.008	6	10.014	49.262
Debêntures	2	10.008	6	10.014	49.262
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos públicos		66.869	38	66.907	480.391
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	66.869	38	66.907	409.214
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	-	24.237
Outros		-	-	-	24.237
Cotas de fundos	2	-	-	-	24.237
2 - Títulos disponíveis para venda		1.396.928	19.250	1.416.178	1.275.208
Carteira própria					
Títulos públicos		799.965	17.355	817.320	278.071
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	43.159	12	43.171	278.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	756.806	17.343	774.149	-
Títulos privados		544.146	1.309	6.489	570.747
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	5.180	1.309	6.489	-
Debêntures	2	-	-	-	2.799
Cotas de fundos	2	538.966	-	538.966	567.948
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos públicos		-	-	-	426.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	-	-	-	426.390
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos públicos		28.013	586	28.599	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	4.795	1	4.796	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	23.218	585	23.803	-
Outros		24.804	-	24.804	-
Cotas de fundos	2	24.804	-	24.804	-
Total		3.875.409	27.198	3.902.607	3.338.191

(1) Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBL). Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e em 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Resultado

Resultado em títulos de renda fixa

Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez

(nota 5 a)

Resultado em títulos no exterior (nota 5 a)

Resultado em títulos de renda variável

Total

c) Derivativos: A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado: • **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas; • **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado; • **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir: **Composição da carteira por indexador:**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor de referencial	Valor de custo	Valor de referencial	Valor de custo
1 - Non deliverable forward				
Posição ativa	991.616	64.486	61.984	1.419.701
Prefixado	-	(31)	382.817	6.075
Real	-	-	170	1.478
Dólar	990.697	64.486	62.015	1.036.714
Euro	919	-	-	-
Posição passiva	991.616	(2.839)	(2.131)	1.419.701
Prefixado	-	(2.839)	(2.131)	1.036.649
Real	-	-	235	(69)
Dólar	-	-	380.371	(667)
Euro	-	-	2.446	(11.063)
Diferencial líquido	-	(61.647)	59.853	8.120
2 - Swap				
Posição ativa	594.749	6.679	17.149	751.758
Prefixado	237.820	8.64	2.166	233.113
CDI	284.701	190	4.410	392.845
Dólar	72.228	8.425	10.573	125.800
Posição passiva	594.749	(13.822)	(14.082)	751.758
Prefixado	284.701	(72)	(429)	348.954
CDI	88.734	-	-	88.129
Dólar	221.314	(13.750)	(13.653)	314.396
Euro	-	-	-	279
Diferencial líquido	-	(5.143)	3.067	10.592
3 - Opções				
Posição ativa	-	-	-	37.966
Compra de opções	-	-	-	37.966
Posição passiva	-	-	-	(976)
Venda de opções	-	-	-	37.966
Diferencial líquido	-	-	-	(515)
4 - Futuros				
Posição ativa	2.999.674	-	2.061.342	-
DI	891.400	-	1.860.700	-
DDI	1.444.683	-	-	-
BGI	-	-	-	18.897
Dólar	660.412	-	-	178.358
Euro	3.179	-	-	3.387
Posição passiva	5.517.299	-	5.803.150	-
DI	3.625.700	-	2.651.500	-
DDI	1.891.599	-	2.745.310	-
BGI	-	-	-	5.101
Dólar	-	-	-	401.239

Composição da carteira por vencimento e valor diferencial:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Diferencial a receber/(pagar) ao valor justo	41.078	18.775	-	59.853
Non deliverable forward	(10.823)	520	13.370	3.067
Swap	-	-	-	-
Compra de opções	-	-	-	461
Venda de opções	-	-	-	(976)
Total	30.255	19.295	13.370	62.920

Resultado com derivativos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Non deliverable forward	35.591	11.477	221.023	7.901
Dólar	(13.733)	(76.875)	14.299	(84.624)
Moedas	3.795	98	6.176	(159)
Opções	645	517	1.951	1.216
Futuro de dólar	1.565	(1.187)	917	2.667
Milho	-	(18)	45	(5)
S&P	16	60	-	(9)
COE	(365)	436	(241)	977
Índice	(1.338)	(1.423)	(2.244)	(1.277)
BGI	(10.193)	20.081	(2.949)	46.997
DI	3.491	13.877	(9.261)	25.726
Swap	(2.430)	(41.035)	(921.430)	(28.073)
DDI(1)	(2.956)	(73.992)	(691.698)	(28.649)

(1) Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial. **Hedge de investimento líquido no exterior:** O banco contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos (variação cambial) do seu investimento no exterior (agência nas Ilhas Cayman), cuja moeda de suas operações é o dólar. O banco

Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento:

	31/12/2020		31/12/2019	
	AA	A	B	C
Operações em curso normal				
Parcelas vindendas	1.426.180	5.034.536	318.470	232.600
1 a 30 dias	326.578	2.531.016	161.686	92.796
31 a 60 dias	124.218	372.689	26.851	42.045
61 a 90 dias	35.965	154.996	1.446	354
91 a 120 dias	106.942	117.918	1.418	40.100
121 a 150 dias	97.537	136.486	15.503	293
151 a 180 dias	438.247	638.965	8.344	3.543
181 a 360 dias	273.507	449.295	53.779	7.825
Acima de 360 dias	23.186	633.171	49.443	45.594
Parcelas vencidas	-	230.730	21.321	5.351
Até 14 dias	-	230.730	21.321	5.351
Subtotal	1.426.180	5.265.266	339.791	237.951
Operações em curso anormal				
Parcelas vencidas	-	-	11.336	16.474
15 a 30 dias	-	-	11.336	1.744
31 a 60 dias	-	-	-	14.730
61 a 90 dias	-	-	-	9.370
91 a 120 dias	-	-	-	7.769
121 a 150 dias	-	-	-	4.656
151 a 180 dias	-	-	-	3.829
181 a 360 dias	-	-	-	45.363
Subtotal	-	-	11.336	16.474
Total	1.426.180	5.265.266	351.127	254.425

Concentração das operações de crédito:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Operações de crédito	7.683.197	100,00%	7.191.766	100,00%
Setor Privado	2.322.372	30,23%	2.164.019	30,10%
Comércio	2.200.011	28,63%	2.012.436	27,98%
Rural	1.564.019	20,36%	890.552	12,38%
Pessoas físicas	768.277	10,00%	835.262	11,61%
Indústria	409.834	5,33%	1.033.522	14,37%
Financeiro	146.007	1,90%	-	0,00%
Outros	272.677	3,55%	255.975	3,56%
Total	7.683.197	100,00%	7.191.766	100,00%

Dez maiores devedores

Quarenta maiores devedores seguintes

Oitenta maiores devedores seguintes

Demais devedores seguintes

Total

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Nível de risco	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	1.426.180	-	1.681.434
A	0,5%	5.265.266	(26.326)	4.591.540
B	1,0%	351.127	(3.511)	260.392
C	3,0%	254.425	(7.633)	311.247
D	10,0%	58.722	(5.872)	38.298
E	30,0%	134.001	(40.200)	140.516
F	50,0%	28.232	(14.116)	1.625
G	70,0%	65.370	(45.759)	44.711
H	100,0%	99.874	(99.874)	122.003
Total	7.683.197	(243.291)	(5.916)	7.191.766

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Banco Original S.A. (banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independentes e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho). Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da Administração do banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições. A Administração do banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A auditoria interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a

abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do banco. A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do banco e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O comitê reuniu-se 13 vezes no exercício de 2020 (12 vezes no exercício de 2019) e fez 77 reuniões (83 no exercício de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Nenhuma recomendação foi emitida

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 do banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do banco. Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do banco. O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras individuais do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.c e 5 e para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco sobre a classificação de risco. Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, bem como as metodologias, premissas e dados internos de avaliação dos níveis de risco ("ratings") que suportam a classificação das operações e suas principais premissas.

Verificamos, com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes do Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e plano de recuperação judicial, que inclui as metodologias e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12, as demonstrações financeiras individuais do Banco incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura, alto grau de julgamento, considerando premissas econômicas e de crescimento do Banco e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários.

Com o suporte técnico dos nossos especialistas, testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios do Banco além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Banco dos eventuais efeitos da conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2021